

RELIGIÃO E ECONOMIA EM ANTONIL

Claudinei Magno Magre Mendes*

RESUMO: Em nossa análise de Antonil, autor de *Cultura e opulência do Brasil*, contrapomos à historiografia que o analisa como um escritor que examina a sociedade brasileira de finais do século XVII e início do XVIII ora da perspectiva da religião, ora da perspectiva da economia. Assim, a historiografia ora o explica como um autor que possui uma visão religiosa da sociedade, ora como um autor que teria uma visão econômica dela. A nosso ver, ambas as maneiras de considerá-lo pecam por extremar essas concepções. Para se compreendê-lo é necessário entendê-lo a partir das questões que tratou e como as tratou. Somente assim podemos conciliar os aspectos religiosos e econômicos da sua concepção de mundo.

Palavras-chave: Antonil; Religião; Economia; Escravidão.

RELIGION AND ECONOMICS IN ANTONIL

ABSTRACT: In our analysis of Antonil, author of *Cultura e opulência do Brasil*, we oppose to the historiography that analyses him as a writer who examines Brazilian society of the late seventeenth and early eighteenth centuries, sometimes from a religious perspective, others from the economy perspective. Thus, the historiography sometimes explains him as an author who has a religious vision of society, others as an author who would have an economic view of it. In our viewpoint, both ways to consider him fail for being extreme. To comprehend him, it is necessary to understand him from the issues he has dealt with and how he dealt with them. Only then we can reconcile the religious and economic aspects of his worldview.

Keywords: Antonil; Religion; Economics; Slavery.

Introdução

João Antônio Andreoni, mais conhecido como Antonil, padre jesuíta de origem italiana que viveu no Brasil durante algumas décadas, continua a desafiar os historiadores, apesar dos muitos estudos sobre sua obra. Os estudiosos que analisaram o autor da conhecida obra *Cultura e opulência do Brasil* encontram dificuldades para caracterizá-lo pelo fato de, sendo um religioso, ter escrito uma obra com características acentuadamente econômicas. Diante disso, é considerado como um escritor que possuiria uma visão ora religiosa, ora econômica, das relações sociais. Assim, em seu estudo sobre os letrados do Brasil colonial, Vainfas (1986, p. 141) afirmou que, apesar de “sempre objetivo e sensível ao mundo dos engenhos”, Antonil encontrava-se integrado à versão ideológica da sua corporação. Devido à sua condição de jesuíta, teria

* Doutor em História Social pela USP e professor do Programa de Pós-Graduação em História da FCL/UNESP/Campus de Assis, Linha: Política. E-mail: mendes.claudinei@gmail.com.

assumido “o projeto escravista-cristão” da sua ordem. Silva (2007, p. 35) também o encarou desta maneira. Após chamar a atenção para a proximidade entre Antonil e Olivier de Serres, autor de *Théâtre d’agriculture et mesnage des champs* (1600), essa autora assinalou o que distinguiria a obra do jesuíta do autor francês:

No entanto, a obra de Antonil tem o cunho da religião cristã, nomeadamente da Companhia de Jesus: nota-se que *Cultura e Opulência do Brasil* contém numerosas advertências que se inspiram diretamente na moral cristã, e que, ao preocupar-se com a catequese dos escravos e com a maneira como os senhores deveriam tratá-los, Antonil encontra-se na linha das preocupações de outros jesuítas que escreveram na mesma época – o P.^e Antônio Vieira e o P.^e Jorge Benci. Para o confirmarmos, basta confrontar a obra de Antonil com um dos sermões pregados na Bahia pelo P.^e Vieira, e principalmente com a *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, publicado em Roma, em 1705, pelo P.^e Jorge Benci (SILVA, 2007, p. 35-36).

Já para Bosi, *Cultura* seria “o livro mais enxuto e pragmático jamais escrito sobre as nossas riquezas coloniais” (1992, p. 158), caracterizando Antonil como “nosso primeiro economista” (BOSI, 1992, p. 157). Em seu livro sobre a história da literatura brasileira, este estudioso definiu *Cultura* como uma obra “(...) quase toda centrada na economia e política açucareira” (BOSI, 1985, p. 29).

Em nosso estudo, ao invés de optarmos por um desses aspectos, com a exclusão do outro, buscaremos entendê-la em sua complexidade. Desta perspectiva, não podemos extremar entre a visão religiosa e a visão econômica. Ao contrário, em razão do momento histórico em que Antonil viveu e, principalmente, por causa da sua opção diante das questões da sua época, pretendemos entender como estes dois aspectos se relacionam e se integram. Dessa maneira, ao invés de compreendê-lo ora como um autor dotado de uma visão religiosa, ora como um autor que possuía uma visão econômica do mundo, pretendemos mostrar que esses dois aspectos estão presentes na sua concepção das relações sociais. Mas, não se encontram em equilíbrio. Antes, um sobressai e domina outro.

Biografia e obra de Antonil (1716)

João Antônio Andreoni nasceu em Luca, na Toscana, Itália, em 8 de fevereiro de 1649. Ingressou na Companhia de Jesus em 20 de maio de 1667, aos 18 anos. Estudou Direito Civil na Universidade de Perúgia, durante três anos, antes de entrar na Companhia de Jesus. Veio para o Brasil em 1681, aos 32 anos, junto com o padre Antonio Vieira, que, ao conhecê-lo em Roma, onde era professor de Humanidades e explicador de Retórica e Filosofia no Seminário, convidou-o a *passar* para a Colônia. Viajou para Lisboa e daí ao Brasil. Viveu na Bahia até seu falecimento, em 1716, aos 67 anos. Em 15 de agosto de 1683, professou solenemente e ocupou funções e cargos de destaque. Foi professor de Retórica no Colégio da Bahia, diretor da congregação dos estudantes e mestre dos noviços, secretário de vários Provinciais, inclusive de Vieira, Reitor do Colégio da Bahia, em duas oportunidades, e Visitador e Provincial do Brasil. Em determinados assuntos, como na questão da administração dos índios em São Paulo, contrariou a posição do padre Vieira, posicionando-se favoravelmente à sua entrega aos paulistas (CANABRAVA, 1967, p. 9-12; SILVA, 2007, p. 33; BOSI, 1992, p. 149-152; SILVA, 2004, p. 57).

Em 1711, sob o pseudônimo de André João Antonil, mas indicando sua origem (*Anônimo Toscano*), publicou *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, livro apreendido cerca de quinze dias após vir à luz. A obra é composta de quatro partes, cada uma delas dedicada a uma atividade econômica: lavra do açúcar, lavra do tabaco, mineração e pecuária (couro). A primeira parte, composta de 105 páginas, intitula-se “Cultura e opulência do Brasil na lavra do açúcar – Engenho Real moente e corrente”. Esta parte divide-se em três livros, cada um com doze capítulos. A segunda parte, “Cultura e opulência na lavra do tabaco”, possui somente 20 páginas, com doze capítulos apenas. A terceira parte, “Cultura e opulência do Brasil pelas minas de ouro”, com 52 páginas, tem dezessete capítulos. Por fim, a quarta e última parte, “Cultura e opulência do Brasil pela abundância do gado e courama e outros contratos reais que se arrematam nesta Conquista”, possui 11 páginas apenas, divididas em quatro capítulos. Além destas quatro partes, existem mais dois capítulos. Um, inserto na quarta parte, como se fosse seu quinto capítulo, intitula-se “Resumo de tudo o que vai ordinariamente cada ano do Brasil para Portugal, e do seu valor” com 3 páginas; outro, espécie de conclusão de toda a obra, denominado “Capítulo último”, cujo título é “Quanto é justo

que se favoreça o Brasil por ser de tanta utilidade ao reino de Portugal”, possui 2 páginas.

O desequilíbrio na composição da obra quanto ao formato e ao número de páginas levou alguns estudiosos à conclusão de que, inicialmente, Antonil havia concebido apenas a primeira parte como um livro independente, destinado a ser publicado sozinho (MANSUY, 1968, p. 25). Posteriormente, alterou seu plano, acrescentando outras partes, dando ao livro um título geral.

Também a data da composição do livro foi objeto de investigação por parte dos estudiosos. Mansuy (1968, p. 27-29), mais uma vez, após uma série de observações, afirmou que, muito provavelmente, a primeira parte, relativa ao açúcar, foi escrita entre 1693 e 1698.

Os estudiosos também chamaram a atenção para o fato de que Antonil escreveu a primeira parte, relativa à lavra do açúcar, a partir de uma observação direta, ao passo que as demais foram elaboradas com material de segunda mão. No “Proêmio”, Antonil explicou a origem imediata da parte relativa ao açúcar:

E porque algum dia folguei de ver um dos mais afamados [engenhos] que há no Recôncavo à beira-mar da Bahia, a quem chamam o engenho de Sergipe do Conde, movido de uma louvável curiosidade, procurei, no espaço de oito ou dez dias que aí estive, tomar notícia de tudo o que o fazia tão celebrado e quase rei dos engenhos reais. E valendo-me das informações que me deu quem o administrou mais de trinta anos com conhecida inteligência e com acrescentamento igual à indústria, e da experiência de um famoso mestre de açúcar que cinquenta anos se ocupou neste ofício com venturoso sucesso, e dos mais oficiais de nome, aos quais miudamente perguntei o que a cada qual pertencia, me resolvi a deixar neste borrão tudo aquilo que na limitação do tempo sobredito apressadamente mas com atenção ajuntei, e estendi com o mesmo estilo e modo de falar claro e chão que se usa nos engenhos (...) (SILVA, 2007, p. 74).

Acredita-se, inclusive, que Antonil nunca esteve na região das minas. De qualquer modo, seu contato maior era com a atividade açucareira, mesmo porque a Companhia de Jesus possuía engenhos, administrados pelos próprios jesuítas.

Em nossa análise de Antonil utilizaremos, fundamentalmente, a parte relativa ao açúcar, tanto por acreditarmos que ela pode ser considerada isoladamente como por

entendermos que a mesma contém, de fato, de maneira explícita, a visão de Antonil das relações sociais.

Historiografia

Não é nossa intenção analisar toda a historiografia relativa a Antonil. Para os propósitos do nosso trabalho, valer-nos-emos apenas dos autores que expressam o que pretendemos destacar. Em outras palavras, o fato de que os historiadores que estudaram este padre jesuíta compreenderam-no sob duas maneiras. Ora viram-no como um autor que possuía uma visão religiosa da sociedade, considerando-a, portanto, a partir de preceitos extraídos dos escritos sagrados. Ora o viram como um autor que, embora religioso, havia ultrapassado esta concepção, oferecendo-nos uma obra eminentemente de economia. Dois estudiosos podem ser considerados mais de perto como expressão desses modos de considerar Antonil, Ronaldo Vainfas e Rafael de Bivar Marquese.

De acordo com Vainfas (1986, p. 17), os letrados da Colônia, com os jesuítas à frente, teriam construído uma versão ideológica da escravidão como alternativa ao “discurso pragmático” do mundo colonial, sem, contudo, deixar de ser escravista. Tais religiosos estariam preocupados, prioritariamente, em normalizar as relações escravistas (VAINFAS, 1986, p. 90). Por essa razão, este historiador organizou sua análise do conjunto dos intelectuais religiosos a partir de três temas: a questão da legitimidade da escravidão, a proposição de normas de controle social e a percepção da revolta dos escravos (VAINFAS, 1986, p. 93).

Marquese (1999, p. 23), por seu turno, oscilou entre as duas caracterizações de Antonil. Com efeito, às vezes afirmou que os jesuítas, incluindo-se o próprio Antonil, escreveram tratados morais à moda jesuítica; outras vezes caracterizou seus escritos como *reflexões sistemáticas sobre a administração dos engenhos e das propriedades rurais escravistas brasileiras*. Em livro mais recente, o autor afirmou que as obras dos letrados coloniais, inclusive as dos jesuítas, eram textos relativos à administração dos engenhos. Segundo Marquese (2004, p. 82), Antonil, na medida em que possuía ideias acerca da administração dos escravos, prescreveu normas relativas ao assunto (MARQUESE, 2004, p. 11).

Vainfas e Marquese afirmaram que as obras dos letrados coloniais, especialmente as dos jesuítas, sofreram uma inflexão na segunda metade do século XVII em razão das rebeliões dos escravos que haviam se tornado mais frequentes nessa época. Estas rebeliões, das quais Palmares foi o exemplo mais expressivo, fizeram com que os letrados coloniais, que até então haviam dado pouca ou nenhuma atenção aos escravos, passassem a se interessar sobremaneira pelas relações entre senhores e escravos, principalmente pelo tratamento que os primeiros dispensavam aos segundos. Isto os teria levado a se preocuparem com a questão do *governo* dos escravos, expressão utilizada na época, elaborando obras destinadas a regular as relações entre senhores e escravos. Desse modo, haveria uma relação direta entre as rebeliões dos escravos e os projetos de controle social (VAINFAS, 1986, p. 87; MARQUESE, 2004, p. 49-51).

Os historiadores, cujo ponto de partida da análise é a visão dicotômica da colonização, em suas várias modalidades, traduzida na formulação de que existiriam dois pólos antitéticos (um, dominante e explorador; outro, dominado e explorado), somente poderiam caracterizar Antonil como um autor interessado em *desvendar as riquezas que o Brasil poderia oferecer para Portugal* (SILVA, 2004, p. 57). Em outra passagem, um pouco mais adiante, a mesma autora reafirmou esta visão: “A conclusão a que chega o autor, ao analisar as relações entre Brasil e Portugal, diz respeito à utilidade que o Brasil poderia ter para o reino português” (SILVA, 2004, p. 58).

Deve-se observar, entretanto, que os autores dos primeiros séculos nunca pensaram em termos de oposição entre Brasil e Portugal. Parte da historiografia brasileira, principalmente a historiografia da literatura, procurou identificar os autores que, segundo ela, manifestariam uma espécie de nativismo embrionário, tentando encontrar neles as primeiras manifestações de uma oposição de interesses entre a colônia e a metrópole. Variam os autores que teriam dado início a esse processo de formação de uma consciência nacional, já que os historiadores reivindicaram ora para um, ora para outro. Mas, a ideia é sempre a mesma, ou seja, a formação da consciência de que os interesses da colônia e da metrópole não coincidiam.

A leitura da conclusão de todo o livro é suficiente para verificar que Antonil não se enquadra nesta classificação e que sua intenção era outra. Trata-se do “Capítulo último”, intitulado “Quanto é justo que se favoreça o Brasil por ser de tanta utilidade ao reino de Portugal”. Afirmando que o Brasil era de tanta utilidade ao reino de Portugal,

Antonil sugeria que era justo que se o favorecesse. Sob este aspecto faz-se porta voz dos interesses dos produtores coloniais, os promotores da cultura e da opulência do Brasil.

Pelo que temos dito até agora, não haverá quem possa duvidar de ser hoje o Brasil a melhor e a mais útil Conquista, assim para a fazenda real como para o bem público, de quantas outras conta o Reino de Portugal, atendendo ao muito que cada ano sai destes portos, que são minas certas e abundantemente rendosas. *E se assim é, quem duvida também que este grande e contínuo emolumento merece justamente lograr o favor de Sua Majestade e de todos os seus ministros no despacho das petições que oferecem, e na aceitação dos meios que para alívio e conveniência dos moradores as câmaras deste Estado humildemente propõem?* (SILVA, 2007, p. 302-303. Grifos nossos).

Sob este aspecto, Antonil pode ser arrolado dentro de uma longa tradição de autores que se fizeram porta-vozes dos interesses dos colonos, reivindicando para o Brasil a atenção da Coroa para suas reivindicações. Esta tradição tem sua origem, muito provavelmente, no *Tratado* de Gabriel Soares de Sousa (1971), ainda em finais do século XVI, passando pela obra anônima *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de 1618 (MELLO, 1966), e culminando em escritos como a *Representação do governador Antonio Luiz Gonçalves Coutinho* (1935).

Análise de *Cultura e Opulência do Brasil*

Acreditamos que, na análise de textos, é importante, se não decisivo, como observou Skinner, buscar as intenções do autor ao elaborar sua obra (TUCK, 1992). Consideremos, pois, a obra de Antonil sob este aspecto. De acordo com o próprio jesuíta, *Cultura* foi escrita por dois motivos. Primeiro, mostrar “(...) para os que não sabem o que custa a doçura do açúcar a quem o lavra, o conheçam, e sintam menos dar por ele o preço que vale” (ANTONIL, 2007, p. 74). Claramente, o jesuíta escreveu da perspectiva dos produtores de açúcar, defendendo o preço desse produto diante do impacto da descoberta das minas de ouro, que fizeram crescer os preços de todas as mercadorias, especialmente os dos escravos. Tomando, pois, partido dos colonos, defendeu seus interesses. Dirigia-se, fundamentalmente, à Coroa, aos membros do Conselho do rei, aos comerciantes, entre outros, justamente com o objetivo de defender, junto a eles, o ponto de vista dos senhores de engenho. Não se pode, por conseguinte,

caracterizá-lo como um autor de mentalidade colonialista, como um defensor dos interesses metropolitanos, como pretendem alguns estudiosos, como Bosi (1985, p. 20).

Esse posicionamento fica ainda mais patente na terceira parte do livro, relativa ao açúcar. Nela, o jesuíta abordou o preço e o custo de produção do açúcar, envolvendo, neste caso, os preços das mercadorias necessárias à sua obtenção, particularmente o valor dos escravos. O preço do açúcar aparece, então, como uma questão decisiva para a própria existência dos senhores de engenho:

Se se atentar para o valor intrínseco que o açúcar merece ter pela sua mesma bondade, não há outra droga que o iguale. E se tanto sabe a todos a sua doçura quando o comem, não há razão para que se lhe não dê tal valor extrínseco quando se compra e vende, assim pelos senhores de engenho e pelos mercadores como pelo magistrado a quem pertence ajustá-lo, que possa dar por tanta despesa algum ganho de ser estimado (ANTONIL, 2007, p. 172).

Como Antonil chamou a atenção, toda a despesa do senhor de engenho – o cabedal que despendia – tinha uma finalidade: obter *algum ganho digno de ser estimado*. Na linguagem de hoje, lucrar. Os baixos preços do açúcar ou os altos preços de tudo aquilo que havia enumerado no primeiro capítulo impediam que o senhor aumentasse a *fazenda* [riqueza] e, assim, existia a ameaça de ruína. Por isso, Antonil calculou quanto custava uma caixa de açúcar de trinta e cinco arrobas posta na Alfândega de Lisboa e já despachada. Ao longo do livro, o jesuíta analisou os custos de produção, o preço das diferentes espécies de açúcar, visivelmente preocupado com os lucros dos que o produziam.

O segundo motivo, também de acordo com o próprio autor, foi alertar os que pretendiam se tornar senhores de escravos acerca das implicações dessa escolha. Não se dirigia, portanto, aos senhores de engenho já estabelecidos. Sua obra não pode ser caracterizada, como muitos historiadores fizeram, como um manual destinado a orientar os senhores de engenho já estabelecidos (SILVA, 2007, p. 35; BOSI, 1992, p. 160). Isto constitui um grande equívoco, o que impediu a compreensão do seu verdadeiro significado. Antonil dirigia-se a “(...) quem de novo entra[sse] na administração de algum engenho (...)” para que tivesse “(...) estas notícias práticas, dirigidas a obrar com acerto, que é o que em toda ocupação se deve desejar e intentar” (ANTONIL, 2007, p.

74-75). Em suma, destinava sua obra aos reinóis que estivessem cogitando se tornar senhores de engenho ou que recentemente haviam ingressado nessa condição.

Pelo fato de se dirigir fundamentalmente a um público do Reino, Antonil tomou o fidalgo como base de comparação. Com efeito, somente o fato de o público ser do Reino justifica essa comparação. No primeiro capítulo, “Do cabedal que há de ter o senhor de um engenho real”, o jesuíta caracterizou a condição de senhor de engenho como uma posição de destaque na sociedade colonial: “(...) é título que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos”. Assinalou também que um senhor de engenho tinha que ser homem de cabedal e governo, o que o tornava tão estimado na Colônia como o eram os fidalgos no Reino. Assim, como a condição de senhor de engenho na Colônia assemelhava-se à de um fidalgo no Reino, este não se desclassificaria socialmente caso viesse a se tornar proprietário de um engenho no Brasil.

A comparação entre as duas categorias sociais, no entanto, restringe-se a esse ponto. Enquanto fidalgo era *título*, o senhor de engenho era proprietário de um empreendimento produtivo cujo resultado era, às vezes, quatro mil pães de açúcar por ano e no qual atuavam duzentas pessoas ou mais pessoas. Antonil aconselhava o candidato a senhor de engenho não se comportar como um fidalgo, caso pretendesse obter sucesso na empreitada. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que o alertava para as implicações de ser um senhor de engenho, comparou-o a um fidalgo, mostrando que viver à maneira fidalga não tinha futuro na Colônia: este modo de vida levá-lo-ia à ruína. Um exemplo: no capítulo “Como se há de haver o senhor de engenho no governo da sua família e nos gastos ordinários de casa”, o jesuíta observou a necessidade de parcimônia entre os particulares de casa já que *a fábrica do engenho pedia tantos e tão grandes gastos*.

Cavalos de respeito mais dos que bastam, chameleiros, trombeteiros, tangedores e lacaios mimosos *não servem para ajuntar fazenda [riqueza], [mas] para diminuí-la em pouco tempo com obrigações e empenhos*. E muito menos servem as recreações amiudadas, os convites supérfluos, as galas, as serpentinas e o jogo (ANTONIL, 2007, p. 104-105. Grifos nossos).¹

¹ A historiografia costuma citar autores do século XVI, como Cardim (1980), por terem pintado os moradores do Brasil tendo uma vida cheia de recreações e gastos, mas os cronistas, de modo geral,

Enfim, aconselhando os senhores que utilizassem os escravos e os animais na produção e não de forma improdutiva, concluía que o comportamento fidalgo na Colônia tinha grave conseqüência: “E por este caminho alguns, em poucos anos, do estado de senhores ricos chegaram ao de pobres e arrastados lavradores, sem terem que dar de dote às filhas nem modo de encaminhar honestamente aos filhos” (ANTONIL, 2007, p. 105).

Assim, em vez de identificar o senhor de engenho ao fidalgo, dando-lhe ares de nobreza, o jesuíta toscano procurava afastá-lo do ideal nobiliárquico.² O fio condutor da vida do senhor de engenho era *ajuntar fazenda*. Foi este comportamento que o autor valorizou e defendeu ao longo de todo o seu livro.

No entanto, não é esta a interpretação da historiografia.³ Normalmente, os historiadores identificaram o senhor de engenho ao fidalgo, caracterizando-o como uma espécie de nobre. O interessante é que historiadores de concepções ideológicas distintas, muitas vezes opostas, aproximaram os senhores de terras, inclusive os de engenho, aos fidalgos. Alguns autores, como Oliveira Vianna, com o objetivo de exaltá-los, apresentaram isso de uma perspectiva positiva:

Esses elementos aristocraticos, pelo que se depreheende do testemunho dos chronistas coévos, fazem-se os centros de gravitação, os ‘personagens reinantes’, como diria TAINE, desse pequeno mundo em formação. Eles vivem á maneira fidalga, cultivando as gentilezas dos salões, o gosto das mundanidades elegantes, o amor das sumptuosidades, os excessos da indumentaria luxuosa e brilhante. Em Pernambuco, segundo um chronista do tempo, ‘as mulheres andavam tão louçãs e custosas que não se contentavam com os tafetás, os chamalotes, os velludos e outras sêdas, senão que arrojavam as finas

pintam os senhores de escravos, principalmente os senhores de engenho, e, ao fazê-lo, caracterizam sua vida pelas ocupações da produção e do comércio. Para compreender as preocupações de Antonil, que entendemos ser as de traduzir a vida dos produtores coloniais, especialmente, as dos senhores de engenho, é preciso considerar que, a partir de meados do século XVII, aproximadamente, o Brasil passou a sofrer a concorrência das colônias açucareiras antilhanas. Perdeu, assim, seu quase monopólio. Os produtores passaram, então, a se preocupar ainda mais com as questões ligadas ao custo de produção, aos preços dos açúcares e ao seu lucro.

² De acordo com Ferlini (1988, p. 207) “o título realmente espalhava aura de nobreza, riqueza e poder, fundada em seu controle sobre a terra e sobre as condições internas da produção”

³ Ferlini (1988, p. 208), após citar uma passagem de Antonil, afirma que a falta de humildade do senhor de engenho no trato com a “gente mais pobre” não expressava uma soberbia fidalga, à maneira dos nobres do Reino, “(...) mas deve ser entendida dentro do horizonte do escravismo, onde o convívio com os escravos, objetos de sua dominação, mas sujeitos da produção, levava a esse comportamento.”

télas e os ricos brocados: e eram tantas as joias com que se adornavam que pareciam chovidas nas suas cabeças e gargantas as perolas, rubis, esmeraldas e diamantes. Os homens não haviam adereços custosos de espadas e adagas, nem vestidos de novas invenções com que se não ornassem. Os banquetes quotidianos, as escaramuças e os jogos de canas em cada festa se ordenava. Tudo eram delícias; e não parecia esta terra sinão um retrato do terreal paraíso’.

Os senhores do sul nada ficam a dever, neste particular, aos senhores do norte: também aqui, como ali, sente-se a influencia prestigiosa de uma fidalguia, affeita ás graças e aos encantos das côrtes européas daquelle tempo.

Os elementos sem linhagem, os colonos não fidalgos, desde que enriquecem, procuram seguir estes modos de vida, praticar as mesmas maneiras de manter o mesmo tom de sociabilidade dessa fidalguia adventícia (VIANNA, 1938, p. 68-69).

Outros historiadores apenas identificaram os senhores de engenho à nobreza, sem maiores comentários. É o caso de Schwartz (1988, p. 224): “(...) os colonizadores do Brasil que estabeleciam propriedades açucareiras consideravam-se a nobreza da colônia.” É verdade que este autor assinalou uma distinção entre a posição do fidalgo no Reino e a do senhor de engenho. Segundo ele, a posição de senhor de engenho oferecia, “(...) naquele tempo [fins do século XVI], as vantagens simultâneas de uma atividade lucrativa e dos atributos do status de nobreza associados ao modo de vida senhorial (...)” (SCHWARTZ, 1988, p. 225). Entretanto, muitos historiadores pintaram os senhores de engenho como verdadeiros aristocratas com o intuito apresentá-los de uma perspectiva negativa.

É possível afirmar que os motivos apontados por Antonil para escrever sua obra, já assinalados linhas atrás, tivessem sido concebidos em dois momentos distintos. Inicialmente, o jesuíta pretendia expor o que era *ser senhor de engenho* para os que pretendiam se tornar um deles. Posteriormente, com a descoberta das minas de ouro e das suas conseqüências para a agricultura, as quais, inclusive, foram apontadas por ele, principalmente no que diz respeito à elevação dos preços das mercadorias, Antonil acrescentou outro motivo: defender os interesses dos senhores de engenho na questão dos preços do açúcar.

Antonil tomou o engenho de açúcar como objeto de suas considerações. Partindo, pois, da caracterização do senhor de engenho como homem de *cabedal* e *governo* e após ter indicado no que o cabedal deveria se transformar para constituir uma fábrica de açúcar, homens e coisas, Antonil tratou do governo, isto é, da administração

do engenho. Não de uma perspectiva técnica, mas como uma atividade dirigida à obtenção de “grandes lucros”, a exemplo do que aparece no capítulo XII do livro terceiro (ANTONIL, 2007, 179). Examinou, então, todas as relações que o senhor de engenho travava com as classes e segmentos sociais, seguindo a ordem do modo como se relacionava na produção e comercialização do açúcar. Diante dos nossos olhos desfilam todos aqueles que o senhor de engenho tinha sob seu soldo (feitores, mestre do açúcar, etc.) ou com os quais se relacionava fora da produção, mas a ela ligados, de uma forma ou de outra: lavradores de cana, vizinhos, comerciantes e assim por diante.⁴ Antonil tratou a relação entre senhor e escravo como uma dentre as muitas que o senhor de engenho contraía ao longo da produção do açúcar. Não é correto, portanto, afirmar que ela se encontrava no centro das suas preocupações.

Ao contrário, Antonil colocou no centro das suas preocupações a produção da riqueza. Não sem razão, o título da sua obra é *Cultura e opulência*, ou seja, *produção e riqueza*. Em outras palavras, este jesuíta tratou da riqueza que se obtinha por meio da produção. Sob este prisma, ele pertence a uma forte tradição, talvez inaugurada por Gândavo, que associava a colônia e os escravos à riqueza. Com efeito, em seu *Tratado da terra do Brasil*, Gândavo observou que “as fazendas de onde se consegue mais proveito são açúcares, algodões e pau-brasil (GÂNDAVO, 1980, p. 42). O autor anônimo dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, como indica o próprio título, também pertence a essa tradição. No terceiro diálogo, Brandônio, principal personagem da obra, afirma serem grandes as riquezas deste novo mundo, assim como a sua *fertilidade e abundância* (MELLO, 1966, p. 73).

Ao fazer a produção da riqueza assomar como o centro das suas preocupações, Antonil colocou a religião em um plano secundário. Duas passagens, surpreendentes em um religioso, no capítulo XI e no XII, indicam isso. No capítulo XI, ao tratar do modo como o senhor de engenho deveria receber seus hóspedes, religiosos ou seculares, referindo-se às esmolas, Antonil destacou que dá-las era dar a juro a Deus, que pagaria cento por um. No entanto, advertia que, em primeiro lugar, o senhor de engenho deveria

⁴ Também constitui um equívoco afirmar que *Cultura* consiste em uma descrição da fabricação do açúcar. Não se trata de uma descrição técnica de fabricação do açúcar, já que ele é produzido dentro de determinadas relações sociais. Toda a produção perpassa o senhor de engenho, encarnação do cabedal. O cabedal constitui uma condição da produção, reunindo, sob o seu comando, gente e fazenda, com o intuito da obtenção do lucro. Assim, o açúcar não é um valor de uso, mas um valor de troca, encarnação da riqueza.

pagar o que devia de justiça e, somente então, conforme o cabedal e o rendimento dos anos, estender-se piamente às esmolas. No capítulo seguinte, fica bastante claro o motivo desse conselho. Nele, Antonil assinalou o aspecto fundamental do crédito: “O crédito de um senhor de engenho funda-se na sua verdade, isto é, na pontualidade e fidelidade em guardar as promessas” (ANTONIL, 2007, p. 108). Assim, caso o senhor não saldasse seus compromissos com os mercadores e correspondentes na praça que tinham lhe dado dinheiro para comprar o necessário para o engenho, não encontraria no ano seguinte quem lho emprestasse (ANTONIL, 2007, p. 108-109). Antonil colocou, por conseguinte, a questão financeira à frente dos preceitos religiosos, subordinando a esmola, um preceito cristão, ao capital e ao rendimento do engenho.

Tudo isto nos conduz à maneira como Antonil concebeu a escravidão e buscou orientar os novos senhores no governo dos escravos. Antonil considerou a escravidão como uma relação natural. Em razão disso, não a questionou, nem se preocupou em justificá-la, explicando, por exemplo, sua origem. Tratou os escravos como trabalhadores, indicando que eram eles que produziam a riqueza do Brasil. Acrescentou: “E do modo com que se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço” (ANTONIL, 2007, p. 97-98). Por conseguinte, sua preocupação com o tratamento que deveria ser dispensado aos escravos derivava da necessidade de tê-los como bons trabalhadores.

Em *Cultura*, Antonil procurou orientar os novos senhores de engenho ou aqueles que pretendiam sê-lo, na condição de empresários (para usar um termo moderno), a se relacionarem com os escravos fundamentalmente como trabalhadores. Definiu-os como as mãos e os pés do senhor de engenho. Para se compreender como concebia as relações sociais, ressalte-se que, anteriormente, havia caracterizado os feitores como “os braços de que se vale o senhor do engenho para o bom governo da gente e da fazenda (...)” (ANTONIL, 2007, p. 90). Fica claro, assim, que comparou o engenho, uma atividade produtiva, ao corpo humano, no qual o senhor de engenho era o cérebro e os feitores, os instrumentos que levavam as ordens do cérebro para os escravos, fazendo-os trabalhar. Mas, a definição de escravo não se restringia a esse ponto. No Brasil, de acordo com o jesuíta, sem os escravos não era “(...) possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente” (ANTONIL, 2007, p. 97). Em outras palavras, eram os escravos que produziam a riqueza e aumentavam a fazenda, isto é, a riqueza. Já no século XVI,

Gândavo havia observado os colonos desejavam ter escravos “(...) para lhes fazerem e grangearem suas roças e fazendas, porque sem elles não se podem sustentar na terra”. Afirmou também que, dentre as fazendas que se conseguia mais proveito, estavam as de açúcar (GÂNDAVO, 1980, p.43). Assim, os conselhos que Antonil deu acerca do governo dos escravos são elucidativos da maneira como concebia as relações sociais na colônia. Ao fazer a analogia do engenho com o corpo humano, Antonil considerou a produção colonial como uma relação na qual cada classe tinha suas funções ou papéis. Assim, considerou o comportamento e o papel que cabia aos senhores na relação com os escravos.

O que pertence ao sustento, vestido e moderação do trabalho, claro está que se lhes não deve negar, porque a quem o serve, deve o senhor de justiça dar suficiente alimento, mezinhas na doença, e modo com que decentemente se cubra e vista, como pede o estado do servo, e não aparecendo quase nu pelas ruas. E deve também moderar o serviço de sorte que não seja superior às forças dos que trabalham, se quer que possam aturar (ANTONIL, 2007, p. 100).

Além disso, como senhor, deveria castigar os escravos quando cometessem alguma falta: “Não castigar os excessos que eles cometem seria culpa não leve” (ANTONIL, 2007, p. 102). No entanto, os escravos não deveriam ser castigados barbaramente, mas com moderação. Caso contrário, o senhor corria o risco de perder um escravo, ou seja, destruiria parte do seu cabedal. Os castigos não eram, por conseguinte, condenados pelo jesuíta; antes, eram considerados intrínsecos à relação, constituía um meio para educar os escravos.

O certo é que se o senhor se houver com os escravos como pai, dando-lhes o necessário para o sustento e vestido, e algum descanso no trabalho, se poderá também depois haver como senhor, e não estranharão, sendo convencidos das culpas que cometeram, de receberem com misericórdia o justo e merecido castigo (ANTONIL, 2007, p. 102-103).

Evidentemente, ainda que Antonil considerasse a sociedade da perspectiva da produção e, sob certos aspectos, do senhor de escravos, algumas observações suas entram em contradição com a prática dos senhores de engenho. Para aceitar esta prática, pura e simplesmente, teria que adotar uma posição cínica, incompatível com a de um

membro da Igreja. De qualquer forma, essas críticas constituem um caminho seguro para se entender, por oposição, o modo como funcionava, efetivamente, a produção colonial. Antonil condenou os senhores por exigirem dos escravos um trabalho acima das suas forças, por não os alimentarem adequadamente, por não os medicarem suficientemente e por não os vestirem convenientemente, por não os doutrinarem como seria seu papel. Em suma, até mesmo suas críticas desvelam que a finalidade do senhor de engenho na relação com os escravos era a obtenção do *proveito* (MENDES, 1976).

Conclusão

A linha que divide historicamente a concepção religiosa da econômica encontra-se no fato de que, à medida que a sociedade vai se desenvolvendo, progressivamente a religião vai deixando de ser a forma da consciência dos homens, como se verificava, por exemplo, na sociedade medieval, para ser substituída pela economia política. A religião mantém como uma das formas da consciência, mas não é a única, nem a principal. Assim, à medida que as condições que constituem os pilares do pensamento religioso desaparecem, mais os escritos nele pautados insistem na questão de como os homens deveriam se comportar, ou seja, como deveriam ser. Em contrapartida, a economia política assume, cada vez mais, a forma pela qual as relações sociais se expressam e, por conseguinte, revela como os homens realmente são. Foi a partir da distinção entre o que os homens deveriam ser e o que os homens realmente eram que permitiu a Maquiavel romper com a concepção religiosa de homem e formular uma adequada aos novos tempos. Tornou, assim, a Política independente da Religião. Antonil pertence justamente a essa época de transição. O padre jesuíta Jorge Benci, também de origem italiana e contemporâneo de Antonil, examinou as relações sociais pelo prisma da religião e, por isso, compôs uma obra que cunho marcadamente moralista, pregando como os homens deveriam ser. Em outras palavras, pretendeu estabelecer as normas para um senhor de engenho verdadeiramente cristão. Em virtude disso, extraiu das escrituras sagradas as regras que um senhor de engenho cristão deveria seguir para governar os seus escravos (BENCI, 1977).

Antonil, pelo contrário, escreveu um texto marcadamente econômico, ou seja, considerando os homens como eram realmente, compreendendo-os a partir do papel que

desempenhavam na produção. Mas, preso ainda ao pensamento religioso, inseriu observações, de uma perspectiva religiosa, que indicavam como os homens deveriam se comportar. Esta perspectiva, no entanto, encontra-se subordinada à econômica e, portanto, Antonil indicou como os homens deveriam se comportar não com a finalidade de cumprir os preceitos cristãos, mas porque isto traria compensações materiais. Basta, para tanto, observar a parte relativa ao modo como o senhor deveria governar seus escravos. Com efeito, nela os conselhos não pretendem indicar como o senhor deveria se comportar enquanto cristão. Ao contrário, seu objetivo é destacar que, assim procedendo, o senhor pouparia a vida dos seus escravos, evitando possíveis conflitos e reações, como a fuga, o suicídio, etc. Assim, não é casual que, após afirmar que os escravos eram as mãos e os pés do senhor de engenho, explicando que, sem eles, não haveria produção (*fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente*), Antonil observou que, dependendo *do modo com que se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço* (ANTONIL, 2007, p. 97-98).

Referências

ANDREONI, João Antonio (André João Antonil). **Cultura e opulência do Brasil**. Introdução e vocabulário por A. P. Canabrava. São Paulo: Nacional, 1967.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Introdução e notas de André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: USP, 2007.

ANTONIL. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Texte de l'édition de 1711, traduction et commentaire critique par A. Mansuy. Paris: Travaux & Memoires de L'Institut des Hautes Etudes de L'Amerique Latine, 1968.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **História concisa da literatura brasileira**. 3ª edição. São Paulo: Cultrix, 1985.

CANABRAVA, Alice P. João Antonio Andreoni e sua obra. ANDREONI, João Antonio (André João Antonil). **Cultura e opulência do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1967.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980.

COUTINHO, Antonio Luiz Gonçalves da Câmara. Representação do Governador ... ao Rei sobre o estado do Brasil. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, volume LVII, 1935.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil. História da Província Santa Cruz**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980.

MANSUY, André. Introduction. In: ANTONIL. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Texte de l'édition de 1711, traduction et commentaire critique par A. Mansuy. Paris: Travaux & Memoires de L'Institut des Hautes Etudes de L'Amérique Latine, 1968.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Administração & Escravidão**. Idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 1999.

_____ **Factores do corpo, missionários da mente**. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MELLO, José Antonio Gonsalves (ed.) **Diálogos das grandezas do Brasil**. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

MENDES, Claudinei Magno Magre. No mundo do quingongo. In: **Anais de História**, Assis/SP, n. 8, 1976.

SILVA, André Mansuy Diniz. Introdução. In: ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. São Paulo: USP, 2007.

SILVA, Janice Theodoro. André João Antonil. Cultura e opulência do Brasil. MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil**. Um banquete no trópico. 4ª edição. São Paulo: SENAC São Paulo, 2004.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 4ª edição. São Paulo: Nacional; USP, 1971.

TUCK, Richard. História do pensamento político. BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão**. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Petrópolis: Vozes, 1986.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. 3ª edição. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Nacional, 1938 (Brasiliana v. 10).